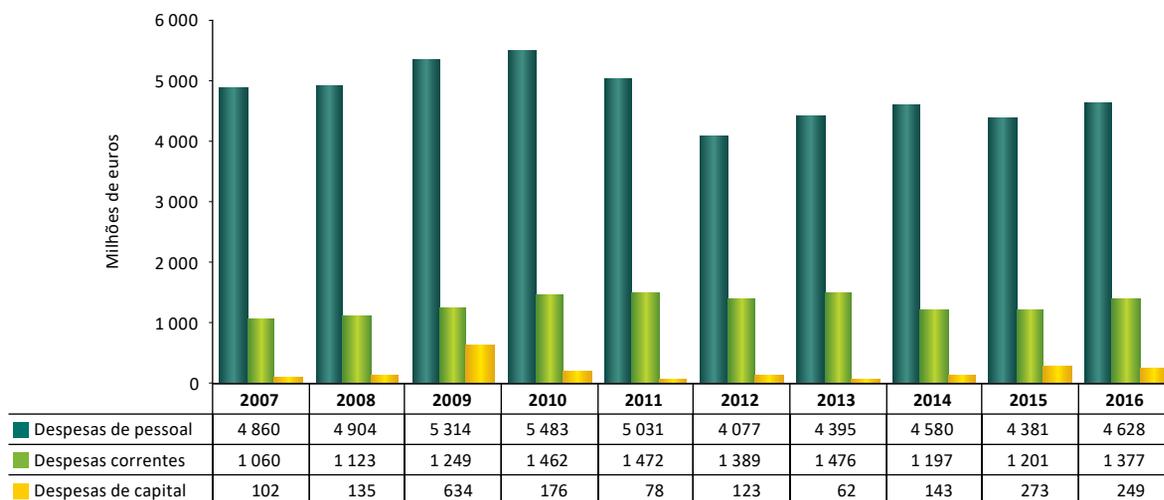


Despesa do Ministério da Educação por natureza

Em 2016 a despesa total aumentou 7% relativamente ao ano anterior. Tal aumento verificou-se nas despesas de pessoal (+247 milhões de euros) e correntes (+176 milhões de euros). Em sentido inverso, constata-se a diminuição de 24 milhões de euros nas despesas de capital.

Refira-se, contudo, o aumento de 130 milhões de euros nestas despesas registado em 2015 relativamente ao ano de 2014 (Figura 6.2.12.). Analisados os anos de início e de fim da série, apurou-se uma diminuição de 5% nas despesas de pessoal e aumentos de 30% e 145% nas despesas correntes e de capital, respetivamente.

Figura 6.2.12. Despesa do ME por natureza. Continente



Fonte de dados: relatórios de execução orçamental/despesa autorizada, 2007-2016, DGPGE-MEC, IGeFE, IP, 2017
Fonte: CNE

6.3. Despesa do Estado com o ensino superior

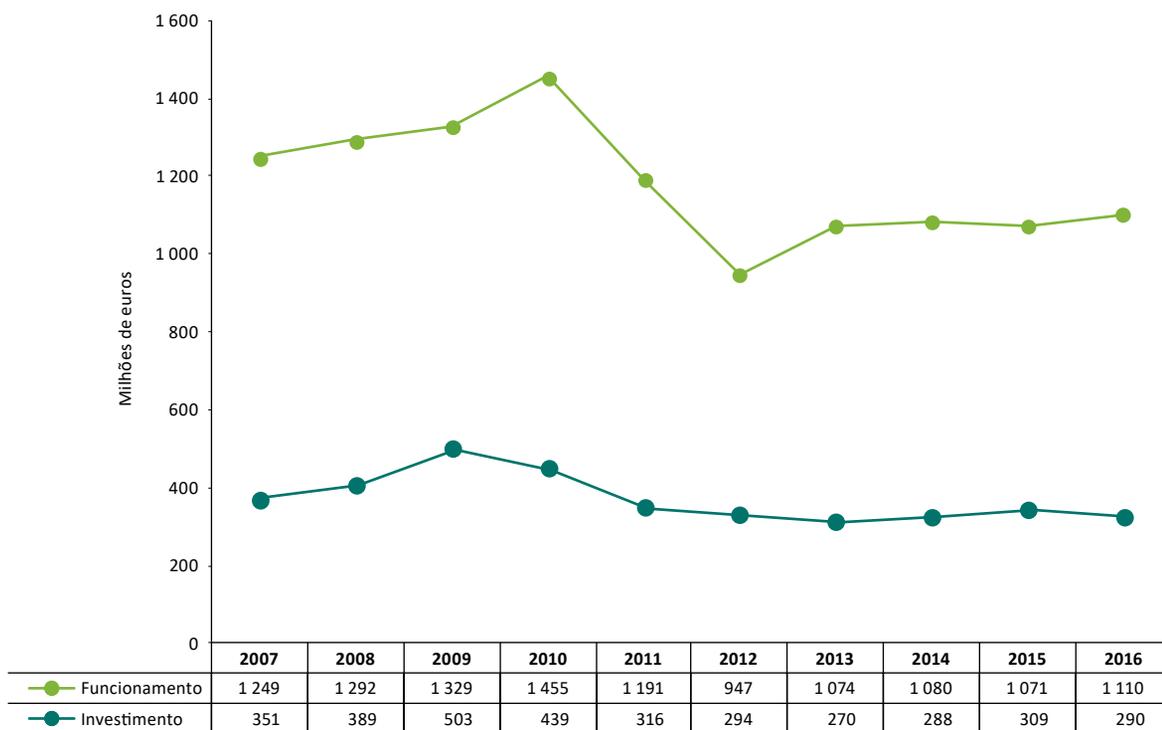
Ao considerar a evolução da despesa com o ensino superior é necessário ter presente que, com a publicação do Decreto-Lei nº 125/2011, de 29 de dezembro, o Ministério da Educação e Ciência sucedeu nas atribuições anteriormente prosseguidas pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Neste sentido, agregaram-se num mesmo departamento governamental as áreas da educação e do ensino superior, à semelhança do que acontecia até 2002. Em dezembro de 2015 o Decreto-Lei nº 251-A, que aprovou o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional, determinou que o ensino superior voltasse a pertencer à esfera do novo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Em 2016 o orçamento executado respeitante ao funcionamento apresentou um aumento de 39 milhões de euros e o de investimento uma diminuição de 19 milhões

de euros, relativamente ao ano anterior. Por comparação com o ano de 2007, tanto no financiamento como no investimento, verifica-se uma diminuição de 11% e de 17% respetivamente (Figura 6.3.1.).

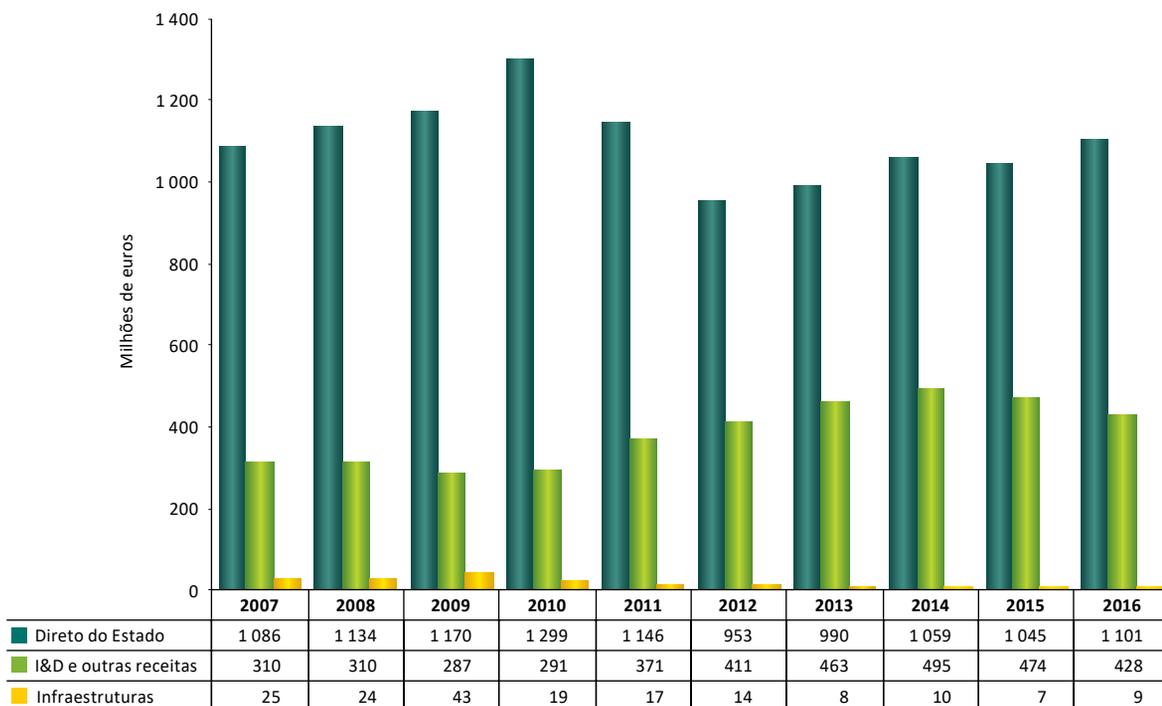
No capítulo das receitas de outras fontes de financiamento assinala-se, em 2016, uma diminuição de 64% em infraestruturas e um aumento de 38% em investigação e desenvolvimento e outras receitas e de 1% em financiamento direto do Estado, por referência a 2007 (Figura 6.3.2.). O financiamento direto do Estado representou, em 2016, 72% das receitas. Na série, esta proporção apresentou o valor mais elevado no ano de 2010, com 81%. Por comparação com o ano de 2015 verifica-se um acréscimo em financiamento direto do Estado e infraestruturas e um decréscimo em investigação e desenvolvimento e outras receitas.

Figura 6.3.1. Orçamento executado. Receitas gerais. Continente



Fonte de dados: execução orçamental, 2007-2016, DGPGEF-MEC, IGeFE, IP, 2017
 Fonte: CNE

Figura 6.3.2. Receitas de outras fontes de financiamento. Continente



Fonte de dados: execução orçamental, 2007-2016, DGPGEF-MEC, IGeFE, IP, 2017
 Fonte: CNE